



Exmos. Srs.

Deputados Sydney de Miguel e Marco Penaforte
Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias
da Câmara dos Deputados

Dando seguimento aos entendimentos mantidos em audiência com representantes do povo indígena Nambiquara, do Mato Grosso, realizada em 30 de março passado, passamos a expor e requerer o que se segue.

1. Uma delegação de onze lideranças do povo Nambiquara, com representantes de várias aldeias (Kithaulu, Negarotê, Manduca, Mamaindê e Sabanê), esteve em Brasília entre 28 e 30 de março para denunciar à Presidência da FUNAI, à Procuradoria Geral da República, à Câmara dos Deputados e ao Ministério da Justiça a retirada ilegal de madeira de suas terras e o aliciamento de alguns índios por madeireiros e assessores de políticos mato-grossenses.

2. Conforme o relato feito pela delegação Nambiquara, as Áreas Indígenas Vale do Guaporé e Sararé, com 242.593 hectares e 1.011.961 hectares, respectivamente, ambas situadas no Estado do Mato Grosso e já **demarcadas e homologadas**, pertencentes a grupos indígenas Nambiquara, têm sido maciçamente invadidas por madeireiros, que promovem o saque generalizado e violento de madeiras nobres existentes nos territórios indígenas.

3. A delegação Nambiquara entregou aos vários órgãos citados acima uma carta assinada por 73 índios Nambiquara, representantes de diversas aldeias, em que eles pedem que seja "combatida e embargada" a venda de madeira de suas terras, e que sejam liberados os recursos para que a Administração da FUNAI possa fazer a fiscalização de suas reservas e impedir os roubos de madeira e o garimpo ilegal. Segundo a carta:

"O povo Nambiquara não quer vender madeira. Tem só um grupo pequeno de índios que está vendendo madeira. Esses índios não são representantes de todo o povo Nambiquara. Essa é a verdade."

4. A atuação ilícita dos madeireiros tem sido respaldada por políticos estaduais, que promovem abertamente a invasão e dilapidação das áreas indígenas citadas acima, bem como o **aliciamento e manipulação** de alguns índios Nambiquara para



NÚCLEO DE DIREITOS INDÍGENAS

que permitam a retirada ilegal de madeira, em troca de falsas promessas de recompensas financeiras. O aliciamento de alguns índios tem gerado sérias divisões entre os índios Nambiquara, inclusive com conflitos violentos, pois alguns índios estão sendo manipulados para que invadam reservas pertencentes a outros grupos.

5. Os madeireiros vêm se utilizando de duas pessoas, em particular, para promover o aliciamento de índios Nambiquara: a Sra. **Elisabeth Villas Boas Santos**, que se apresenta como parente do Ministro da Justiça, Maurício Corrêa, e se diz por ele "autorizada" a fazer "negociações" com os índios Nambiquara, e o Sr. **Paulo de Oliveira**, ex-funcionário da FUNAI, demitido por desvio de função e envolvimento ilícito com intermediação de venda de madeira de áreas indígenas. O Sr. Paulo de Oliveira é atualmente assessor do **deputado estadual Amador Tut (PL)**. Muitas das "negociações" com os índios ocorrem na casa de uma ex-enfermeira da FUNAI, Marinalva, na cidade de Comodoro (MT), que se aproveita de seu relacionamento com os índios para influenciá-los em favor dos madeireiros.

6. Encontram-se em anexo relatórios dos administradores da FUNAI nas reservas Nambiquara, que descrevem, com detalhes, a gravidade das ilegalidades praticadas, suas desastrosas e nefastas consequências sobre as comunidades indígenas e as ameaças que pesam sobre sua sobrevivência física e cultural.

7. Saliente-se, finalmente, que o aliciamento de índios para a venda da madeira e para que formulem falsas denúncias contra funcionários da FUNAI que se opõem à devastação dos recursos florestais das áreas indígenas, ocorre, "coincidentemente", no momento em que a FUNAI/MT está prestes a receber recursos em torno de US\$ 2 milhões e 800 mil, oriundos do componente indígena do **PRODEAGRO** - projeto de zoneamento agro-ecológico do Mato Grosso, financiado pelo Banco Mundial. O governo do Estado do Mato Grosso tenta denegrir a imagem de funcionários da FUNAI que atuam em conformidade com a lei, utilizando-se do aliciamento de índios, a fim de obter a nomeação de pessoas de sua confiança para o gerenciamento dos recursos do componente indígena do PRODEAGRO.

8. Diante de todo o exposto, requeremos à Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias a adoção das seguintes providências:

- requisição ao Ministro da Justiça de informações sobre a Sra. Elisabeth Villas Boas dos Santos, que se apresenta como sua representante, bem como sobre as medidas adotadas pelo Ministério da Justiça visando a apuração de sua responsabilidade criminal;



NÚCLEO DE DIREITOS INDÍGENAS

- expedição de ofício ao governador do Estado do Mato Grosso, Sr. Jaime Campos, em nome da Comissão de Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados, solicitando esclarecimentos quanto à posição do governo do Estado em relação às atividades desenvolvidas por madeireiros e garimpeiros nas reservas indígenas Nambiquara e em relação aos políticos estaduais que patrocinam estas invasões, bem como solicitando providências visando coibir essas atividades ilegais;
- expedição de carta ao Banco Mundial, informando sobre as atividades ilegais de madeireiros e garimpeiros em áreas indígenas do Estado do Mato Grosso, com o patrocínio e incentivo de deputados estaduais, bem como requerendo ao Banco Mundial que apure o envolvimento do governador Jaime Campos com essas atividades, tendo em vista a aprovação de projeto de manejo de recursos naturais (PRODEAGRO), financiado pelo Banco Mundial;
- a adoção de todas as demais providências que julgar cabíveis;

Agradecendo desde já a atenção dispensada ao caso, e pedindo a gentileza de nos manter informados sobre as providências adotadas, enviando cópias dos documentos requeridos acima,

Subscrevemo-nos atenciosamente,


Márcio Santilli
Secretário-Executivo